



Lote de cadeiras atraiu muitos interessados e saiu por Cz\$ 5 mil

Dono culpa Governo pelo fim da Laser

Desde caixas de giz até uma balança eletrônica suíça no valor mínimo de Cz\$ 65 mil, centenas de materiais da Sociedade Educacional Laser foram leiloados ontem de manhã, num total de 188 lotes. O menor lance mínimo era Cz\$ 80, para dois aparelhos telefônicos defeituosos e um rebobinador de filmes virgens de 35 mm. Um conjunto de 46 instrumentos musicais de percussão e sopro, que pertencia à banda da escola, foi arrematado por Cz\$ 60 mil. O leilão, organizado pela Associação Brasileira de Leiloeiros (Abrale), só não incluiu o próprio prédio que será alugado, segundo o proprietário Jaime Zveiter.

Criada em 1970, a Laser fechou no final do ano passado, promovendo ontem o leilão para desfazer-se dos bens. Segundo Zveiter, a dívida contraída a partir de 78, quando iniciou a construção da sede própria na quadra 902 Sul, teve um enorme crescimento depois de 82, quando ele seguiu orientação do Governo e tomou empréstimos em dólar. O tabelamento das mensalidades abaixo das taxas de inflação e o achatamento salarial da classe média, com o agravante do Plano Cruzado, inviabilizaram a escola.

LANCES

A soma dos lances mínimos corresponde a Cz\$ 704 mil, mas a grande maioria dos lotes foi arrematada por preços muito superiores ao lance inicial. Uma

estante de aço com quatro prateleiras e duas portas, por exemplo, teve lance mínimo fixado em Cz\$ 1 mil 200 e foi arrematada por Cz\$ 4 mil. Também uma mesa com nove cadeiras com estrutura de ferro, tampo de fórmica amarela, encostos e assentos em fórmica verde, foram arrematados por Cz\$ 5 mil, embora o lance inicial fosse de Cz\$ 1 mil 500.

Pedro Vasco Aguiar, um assíduo frequentador de leilões, saiu satisfeito do leilão. Ele arrematou uma enceradeira elétrica com três escovas por Cz\$ 7 mil 200, mas já prevê vendê-la por Cz\$ 15 mil, depois de fazer anúncios nos classificados dos jornais locais. O motivo da sua ida, no entanto, foi a aquisição dos instrumentos musicais da banda da escola, que tinha seu lance mínimo fixado em Cz\$ 40 mil. Até Cz\$ 50 mil, Aguiar sustentava o arremate. Ela foi adquirida por Cz\$ 60 mil, pelo proprietário do curso de datilografia e taquigrafia Planalto, Samuel de Oliveira, que irá reformá-la e vendê-la.

O leilão contou com pequena participação, mas poucos lotes chegaram a ser arrematados pelo lance mínimo, como 26 cestas para papéis, um latão de lixo, duas gaiolas de pássaros e um suporte de ferro para plantas por Cz\$ 800. O primeiro lote arrematado foi um roupeiro de aço com seis gavetas, por Cz\$ 3 mil. Seu lance mínimo, porém, era de Cz\$ 900. A maioria dos arrematantes é profissional de leilão e alguns vi-

vem exclusivamente da atividade. Outros são comerciantes que retiram lucros da revenda. Poucos, no entanto, vão até o leilão com o objetivo de adquirir objeto para uso próprio.

Há três anos, segundo Pedro Vasco Aguiar, ainda era possível obter valiosos objetos por preços baixos através de leilões. Hoje, esta possibilidade já é remota. Aguiar já arrematou até um helicóptero em leilão do Incra, passando-o para outro participante, que lhe pagou ágio de Cz\$ 50 mil. Em sua casa, ele tem diversos bens arrematados em leilões, como máquina de descascar batatas, projetor de 16 mm e até um ônibus. Aguiar garante que é melhor ganhar dinheiro em leilão do que poupando ou emprestando a juros, desde que a pessoa tenha habilidade e esperteza.

O proprietário da Laser, Jaime Zveiter, afirmou antes do leilão que fechar uma escola com mais de 25 anos de funcionamento é como perder um filho. Ele optou por um único leilão, desfazendo-se de todos os materiais de uma vez, por considerar mais fácil. Seu plano agora é abrir uma empresa de consultoria e assessoria na área educacional e, "quando o governo deixar de intervir como intervém na área, abrir outra escola". A principal proposta da Laser, durante seu funcionamento, era "educar em clima de liberdade responsável", mantendo o ambiente de família integrada dentro do colégio.

Administrador cobra lugar no mercado

A crise administrativa do GDF pode ser um bicho de sete cabeças para toda a população local e para as próprias autoridades, mas para o administrador Martinho Coura, funcionário do Tribunal de Justiça, ela tem explicação muito simples: falta pessoal adequado trabalhando em funções para as quais esteja capacitado.

Martinho Coura, que é membro do Conselho Regional de Administração (CRA), aponta várias irregularidades na administração de órgãos e fundações de fundamental importância no contexto do GDF. "A Fundação Hospitalar é o principal foco. Ali existem pelo menos 80 vagas de administradores que estão indevidamente preenchidas por profissionais de outras áreas. Chega-se ao cúmulo de o administrador do Hospital Regional de Ceilândia sequer possuir formação universitária", afirma Coura.

Segundo o conselheiro do CRA, exercendo a função que seria, por lei, de um profissional da área de Administração, estão também o administrador do Hospital da L-2 Sul, que é advogado, e o do Hospital de Base, um economista. "Imagine se colocassem um administrador para defender uma causa no Tribunal do Juri ou fazendo um complicado projeto econômico. Certamente o pessoal que se capacitou nas universidades para exercer essas funções não concordaria e, o que é mais grave, dificilmente o resultado seria satisfatório", exemplifica.

REGULAMENTAÇÃO

A profissão de administrador é regulamentada pela Lei 4.769/65, complementada em 1967 pelo Decreto 61.934. Seu exercício indevido é previsto no Código Penal como crime de contravenção, podendo ser enquadrados tanto o ocupante do cargo como quem o nomeou. Em Brasília existem 21 mil administradores formados, dos quais apenas 7 mil estão registrados no CRA e 10 mil trabalham fora da função.

"Os dez mil administradores desempregados formam um contingente de mão-de-obra ociosa ou deslocada de sua função específica, que poderia melhorar sensivelmente o desempenho de todo o Governo", analisa Martinho Coura, que desde fevereiro tenta marcar uma audiência com o secretário de Saúde, Laércio Moreira Valença. "Infelizmente o secretário ainda não nos atendeu".